

# A categoria de gênero nas gramáticas de língua portuguesa publicadas no Brasil: Um excursus histórico

## *Gender Category in Portuguese Grammars Published in Brazil: A Historical Excursus*

**Roberto Mulinacci**

Università degli Studi di Bologna  
(UniBo) | Bolonha | BO | IT  
roberto.mulinacci@unibo.it  
<https://orcid.org/0000-0002-9440-9207>

**Resumo:** Apesar de o gênero ser visto hoje em dia principalmente, pelo menos no debate público, como uma construção social (e não por acaso, para dar conta dessa relevância do gênero na definição de uma identidade, individual e coletiva, se fala frequentemente em “social gender”), as questões de gênero continuam, porém, repercutindo cada vez mais também na noção de gênero entendido como categoria gramatical, cujo inesperado ressurgimento nos estudos linguísticos atuais tem muito a ver exatamente com a nova e desejada centralidade da mulher na sociedade contemporânea. Partindo dessa premissa, o presente artigo visa a reconstruir o tratamento dado ao gênero nas gramáticas de língua portuguesa publicadas no Brasil entre o final do séc. XIX e o final do séc. XX, com o intuito de verificar se, ao longo desse tempo, a evolução social do país, nos termos do papel desempenhado pelas mulheres na vida pública e no mercado do trabalho, tem sido acompanhada inclusive por uma renovada consciência metalinguística da complexidade dessa categoria.

**Palavras-chave:** Gênero; Língua Portuguesa; Gramáticas; Séculos XIX e XX.

**Abstract:** Although gender is now seen mainly, at least in public debate, as a social construct (and it is no coincidence that, in order to account for the relevance of gender in defining individual and collective identity, there is frequent reference to “social gender”), gender issues continue to have an increasing impact on the notion of gender understood as a grammatical category, whose unexpected revival in current linguistic studies has much



to do with the new and desired centrality of women in contemporary society. Based on this premise, this article aims to reconstruct the treatment given to gender in Portuguese language grammars published in Brazil between the end of the 19th century and the end of the 20th century, with the aim of verifying whether, over this period, the social evolution of the country, in terms of the role played by women in public life and in the labor market, has been accompanied by a renewed metalinguistic awareness of the complexity of this category.

**Keywords:** Gender; Portuguese Language; Grammars; 19th and 20th Centuries.

*Il genere è, molto all'ingrosso, una trasposizione nel sistema grammaticale di quello che è il sesso nell'ambito della realtà.*  
(B. Migliorini, *Linguistica*, 1946)

## 1 Preâmbulo: antecedentes

Em 1º de janeiro de 2011, o discurso de posse de Dilma Rousseff como nova presidente eleita do Brasil teve uma repercussão, afinal de contas, inesperada para esse tipo de pronunciamentos, chegando a gerar, muito além de suas intenções, uma verdadeira celeuma na mídia nacional. Não foi o conteúdo geral do discurso em si, mas o fato de Dilma, reivindicando orgulhosamente sua identidade de gênero, se autoproclamar “a presidenta de todos os brasileiros”, que acabou transformando um evento político de grande relevância, tal como a eleição da primeira mulher presidente na história do Brasil, em uma polêmica linguística bastante rasteira. “Rasteira” não tanto pelo tema abordado, porque as questões de gênero são certamente – sob qualquer perspectiva – cada vez mais importantes em nossas sociedades contemporâneas, quanto pelo modo como foi abordado, haja vista a reação esdrúxula de uma parte dos principais jornalistas, colunistas e blogueiros do país, que não se limitaram a rejeitar a legitimidade gramatical daquela autotitulação de Dilma como “presidenta” (cf. Paz; Pelúcio; Borba, 2020, p. XII), mas se serviram dela também como pretexto para ataques, inclusive pessoais – embora disfarçados de amor à norma-padrão – contra uma adversária política.

Em outras palavras, longe de se configurar, no imaginário coletivo nacional, apenas pelo que realmente era, ou seja, uma pequena e plenamente compreensível infração ao protocolo institucional da Presidência da República, conquanto completamente dentro das possibilidades previstas pelo sistema da língua, aquela simbólica ousadia lexical por parte da representante do mais elevado cargo público do Brasil pareceu, a muitos comentaristas da imprensa escrita e televisada, um insuportável e ilegítimo ultraje à gramática do português. Ora, como foi possível que a opção por uma forma feminina, não só, em tese, perfeitamente autorizada pelas regras morfológicas do português, mas também já lexicalizada nos dicionários dessa língua

desde 1912 (cf. Cavalcante-Coan 2018, p. 190; Rubio-Torres 2018, p. 496), tenha se tornado, nos meios de comunicação brasileiros, um novo pomo da discórdia gramatical é um daqueles mistérios que talvez se explique só pelo ditado que “no Brasil” – e não só aí – “toda polêmica termina na gramática” (Faraco 2011, p. 270).

Claro que não se pretende aqui voltar novamente sobre a questão de “presidenta”, que foi, aliás, tão bem esclarecida, na sua incontestável plausibilidade morfológica (não obstante, escusado será dizer, as igualmente plausíveis ressalvas de gosto pessoal que se lhe podem opor), por vários linguistas e gramáticos consultados naquela ocasião ou que se manifestaram sobre o mesmo assunto também em seguida. Contudo, procurando agora nos abstrair do âmbito da polêmica linguístico-política em apreço, o episódio de Dilma *presidenta* se revela, na verdade, bastante elucidativo não só, em geral, da atitude tradicionalmente purista que persiste na cultura gramatical das elites brasileiras (embora o mesmo se possa dizer das elites de praticamente qualquer país, a começar pelas italianas), como também, em particular, da complexidade cada vez maior que, por exemplo, à medida do avanço do protagonismo social das mulheres, a noção de gênero vem assumindo até em português, principalmente em função da desejável construção de uma linguagem menos sexista e mais respeitosa das diferenças (uma situação que, de novo, a língua portuguesa e o Brasil compartilham com os demais idiomas e os demais países).

Em suma, se tratar do gênero – mesmo deixando de lado, neste artigo, a outra acepção do termo, atualmente talvez dominante, que tem a ver com a identidade social (construída e/ou percebida) de machos e fêmeas, ou seja, com todas as implicações ligadas ao assim chamado “social gender” (Hellinger; Bußmann 2001, p. 10) – virou hoje em dia um assunto ainda mais complicado, por ser a representação linguística do masculino e do feminino uma questão irreduzível a um puro e simples problema de forma gramatical, envolvendo profundamente, como se sabe, os sistemas simbólicos dos falantes, que repercutem na língua, ao mesmo tempo em que são influenciados por ela, será que os principais instrumentos normativos de português, como as gramáticas e os dicionários, de que dispõem agora os cidadãos e as cidadãs do Brasil oferecem um guia realmente confiável para lidar de modo consciente com tal complexidade? Mas sobretudo: como é que historicamente evoluiu o tratamento dado à categoria de gênero no discurso científico brasileiro, em especial aquele veiculado pelos compêndios gramaticais de língua portuguesa publicados no país?

De fato, é justamente a partir dessas perguntas que surgiu a ideia do presente trabalho, cujo objetivo consiste, afinal, em verificar se aquela legítima pretensão, por parte da sociedade contemporânea, de “encontrar no uso da língua um reflexo das mudanças sociológicas” (Villalva; Silvestre, 2014, p. 175), a despeito dos tempos mais lentos da mudança linguística, teve ou não um efetivo respaldo na gramaticografia nacional do português.

Para tal, propõe-se, logo a seguir, uma análise dos principais textos congêneres vindos a lume no Brasil durante mais de um século, ou seja do final do Oitocentos até o final do Novecentos, tomando como balizas cronológicas, de um lado, a primeira edição da *Gramática Portuguesa* de Júlio Ribeiro (1881) e, do outro, a última edição da *Moderna Gramática Portuguesa* de Evanildo Bechara (1999). No entanto, antes de definir melhor este corpus de referência e os métodos adotados, vale a pena esclarecer desde já que o recorte temporal aqui escolhido se justifica seja com base no reconhecimento da obra supramencionada de Júlio Ribeiro como “marco introdutório” (Cavaliere 2014, p. 30) da nova vertente brasileira da gramática científica, seja tendo em vista que a 37ª edição da obra de Bechara (definida pelo autor um “novo livro”

em relação à primeira edição de 1961) “encerra, de certa forma, a época do prescritivismo clássico para abrir as portas a um tratamento mais científico dos assuntos linguísticos” (Mulinacci, 2016, p. 114). No meio entre esses dois extremos, estão as demais gramáticas listadas abaixo:

- ◆ Júlio Ribeiro, *Grammatica Portugueza* (1885)
- ◆ Maximino Maciel, *Grammatica descriptiva* (1894)
- ◆ Eduardo Carlos Pereira, *Grammatica Expositiva* (1907)
- ◆ Manuel Said Ali, *Grammatica Secundaria da Língua Portuguesa* (1924)
- ◆ Napoleão Mendes de Almeida, *Gramática Metódica da Língua Portuguesa* (1943)
- ◆ Carlos Henrique da Rocha Lima, *Gramática Normativa da Língua Portuguesa* (1957)
- ◆ Celso Cunha, *Gramática do Português Contemporâneo* (1976)
- ◆ Evanildo Bechara, *Moderna Gramática Portuguesa* (1999)

Será, então, sobre esses textos, que evidentemente não esgotam nem em parte o conjunto documental da ampla gramaticografia de língua portuguesa produzida no Brasil no período recortado – embora sejam dela espécimens absolutamente representativos e canônicos, além de bem distribuídos no decorrer do tempo para acompanhar eventuais progressos no campo do conhecimento linguístico – que este estudo vai se debruçar, visando reconstruir, em perspectiva diacrônica, as coordenadas de uma abordagem do tema do gênero não raro tida como “superficial” (Gonçalves, 2019, p. 109).

Contudo, na impossibilidade de dar conta, na íntegra, de todas as descrições dessa categoria gramatical elaboradas pelos autores acima – o que, aliás, considerando também a tendência conservadora dos gramáticos em relação a seus predecessores, tornaria o trabalho em pauta uma mera e banal compilação de excertos textuais alheios – pretende-se encarar o assunto não de forma reducionista cronológica e sim produtivamente temática, isto é, isolando, na sequência inevitavelmente repetitiva das conceituações, dos rótulos e dos exemplos, tanto os desvios eventualmente inovadores, assim como os tradicionais pontos críticos que se acumulam em torno da teoria sobre o sistema de gênero do português, a saber: a interpretação dessa categoria na ótica da morfologia flexional, os critérios de atribuição do valor de gênero aos substantivos, o procedimento de formação de palavras (tecnicamente denominado “moção”).

## 2 O gênero gramatical em sincronia: questões teórico-terminológicas

Não sei se o Gênero é realmente “a mais desconcertante de todas as categorias gramaticais”<sup>1</sup> (Corbett, 1991, p. 1, tradução própria), mas, com certeza, “é uma categoria infinitamente fascinante”<sup>2</sup> (Corbett, 2014, p. 1, tradução própria), por ter características, pelo menos parcialmente, distintas de outras categorias gramaticais, como, por exemplo, a de Número, com a qual é normalmente associada no âmbito da morfologia flexional. De fato, apesar de o comportamento da categoria de Gênero ser semelhante ao da categoria de Número nas relações de concordância no domínio do sintagma nominal, onde, justamente, o valor de

<sup>1</sup> “the most puzzling of the grammatical categories”.

<sup>2</sup> “is an endlessly fascinating category”.

Gênero do substantivo, a par do valor de Número, “desencadeia, controla ou governa o valor nos restantes constituintes, alvos da concordância” (Mota, 2016, p. 154), diferentemente do Número, porém, que pode assumir duas formas, singular e plural, o Gênero não é variável, sendo apenas – nas línguas que têm sistemas de Gênero com dois valores, tal como o português – ou masculino ou feminino. Isso, então, significa não só que a informação de Gênero é inerente aos lexemas nominais (ao passo que se apresenta contextualmente determinada em outras partes do discurso como artigos e adjetivos), mas que também a distinção entre masculino e feminino desempenha basicamente, para esta classe de palavras, uma função classificadora, contrapondo todos os substantivos de um gênero a todos os substantivos do outro (o que não pode ser dito, mais uma vez, da distinção entre singular e plural, a qual, pelo contrário, remete para o número efetivo dos elementos).

Daí resulta que o paradigma dos substantivos portugueses tem apenas duas células e não quatro como o dos adjetivos, porque, embora, em alguns casos, apresentem aparentemente a mesma alternância de formas dos adjetivos, que variam em gênero e número, os substantivos variam exclusivamente em número, sendo neles a eventual alternância masculino-feminino ou entregue a pares de lexemas corradicais com significados diferentes (por ex.: porto-porta, prato-prata etc.) ou baseada em uma diferença semântica regular como aquela do sexo biológico dos referentes (por ex.: aluno-aluna, primo-prima etc.).

Só que, mesmo deixando de lado o fato de o gênero ter nos adjetivos uma função puramente formal, enquanto manifestação da concordância, uma vez que, por exemplo, seu valor eventualmente feminino não faz nenhuma referência ao sexo das entidades designadas (diferentemente do que acontece no caso de um substantivo como “mulher” ou “professora”, que é o controlador da relação de concordância e do qual, pois, dependem os traços de gênero dos elementos alvos), é a própria associação entre gênero e sexo, que, embora não seja de jeito nenhum, “fragílima e parcialíssima” (Mattoso Camara, 1954, p.107), é tida porém, nos substantivos, como problemática, por não haver “uma relação necessária entre uma e outra propriedade” (Gonçalves, 2019, p. 109). De fato, são bem conhecidas as exceções, onde, também em português, se tem um conflito entre o gênero gramatical da palavra e o sexo natural do referente, como nos surrados exemplos, que sempre se citam, de “mulherão”, “pessoa”, “ídolo” (Villalva; Silvestre, 2014, p. 166), isto é, palavras que, conquanto sejam gramaticalmente femininas ou masculinas, se referem a indivíduos do sexo oposto (mulherão) ou de ambos os sexos, parecendo, portanto, colocar em xeque aquela associação.

Na verdade, como é fácil ver, sendo essas exceções numericamente pouco relevantes, se tornam praticamente não influentes no tocante ao funcionamento do sistema de gênero da língua portuguesa, de forma a podermos afirmar, sem muitos problemas, que, conforme se verifica nas demais línguas que distinguem só entre masculino e feminino, existe também em português “uma acentuada divisão sexual do trabalho”<sup>3</sup> (McConnell; Ginet, 2014, p. 11, tradução própria)<sup>4</sup> capaz de fazer convergir, em uma esmagadora maioria de substantivos referentes a seres animados, gênero gramatical e sexo biológico. Não é por acaso, de resto, que

<sup>3</sup> “a sharp sexual division of labor”

<sup>4</sup> “In languages with feminine and masculine grammatical genders, nouns denoting male humans exclusively are overwhelmingly masculine gender, and nouns denoting female humans exclusively are overwhelmingly feminine gender. Epicene nouns, those which can readily denote humans of either sex can often be assigned to either grammatical gender class (assignment may depend on phonological factors in such cases)”. (McConnell; Ginet, 2014, p.11):

a inerência do gênero nos substantivos se revela totalmente arbitrária e convencional quase tão-só naqueles que se referem a entidades com traço [- animado], cuja atribuição a um valor ou a outro independe de qualquer característica extralinguística delas, segundo confirmam também – não obstante pouquíssimos contraexemplos (*das Kind, das Mädchen*) – aquelas listas de palavras (do tipo: *il sole/die Sonne, el mar/la mer*) retiradas de vários idiomas para demonstrar a incoerência da categoria em apreço quando não é semanticamente motivada pelo sexo.

Mas se o sexo é o primeiro critério semântico utilizado para atribuir o valor masculino ou feminino aos substantivos portugueses que designam seres animados e, em especial, humanos, levando em conta que os substantivos abstratos ou inanimados são absolutamente majoritários, é óbvio, então, que deve haver para eles também outro critério de classificação, como, por exemplo, o formal, assente basicamente na forma da palavra, ou melhor, na sua terminação, permitindo identificar – exceto nos substantivos terminados em *-e*, *-Ø* e *atemáticos* – em *-o* um típico expoente do valor masculino e em *-a* do valor feminino. Entretanto, mais uma vez, do mesmo modo que, como vimos, ocorria com o conceito biológico de sexo, os compêndios gramaticais e os manuais de linguística fazem questão de salientar que, na realidade, tais previsões do gênero de uma palavra a partir do seu índice temático *-o* e *-a* “são falsificadas pelos dados” (Villalva; Silvestre, 2014, p. 167), alegando como justificativa, mais uma vez, as costumeiras exceções representadas pelos substantivos femininos de tema em *-o* (*tribo*) e pelos masculinos de tema em *-a* (*profeta*), além dos substantivos masculinos e femininos que não terminam nem em *-o* nem em *-a* (*problema, dente, sal, café vs. tribo, lente, cal, pá*).

Ora, trata-se, também nesse caso, de uma observação sem dúvida correta do ponto de vista da análise linguística, mas que talvez não corresponda completamente nem à intuição dos falantes nativos de português nem à opinião de outros linguistas, os quais, pelo contrário, tendem a ver “no *-O* a marca nítida do masculino, tanto quanto no *-A* para o feminino” (Henriques, 2014, p. 73), a ponto de considerar, com toda a razão, “a associação entre vogal *o* e gênero masculino inteiramente previsível” e “também é previsível a relação entre vogal final *a* e gênero feminino” (Gonçalves, 2019, p. 47). Todavia, apesar de a previsibilidade do gênero com base no critério fonológico ter principalmente, para os substantivos em *-o* e em *-a*, um fundamento estatístico, no sentido de que a porcentagem de correspondência entre aqueles índices temáticos e os valores masculinos e femininos ultrapassa longamente, para uns e para outros, 90%,<sup>5</sup> vale porém a pena ressaltar que nem todas as demais desinências finais garantem um resultado análogo (pense-se tão só no *-e*, que é absolutamente imprevisível quanto ao valor de gênero), chegando assim à conclusão, justamente compartilhada pela comunidade científica lusófona, de que, também em português, o gênero de um substantivo se revela apenas nos elementos do sintagma que concordam com ele.

Mas se, em um sistema de gênero misto como o do português, critérios meramente fonológicos não podem dar conta por completo da distribuição, nos substantivos, dos valores masculino e feminino – e a mesma coisa, como vimos anteriormente, se dá também com os critérios semânticos – parece igualmente impróprio, a partir das considerações acima, inferir que o gênero é, nessa língua, uma categoria totalmente opaca (“covert”, segundo a definição

<sup>5</sup> “Em terceiro lugar, caracterizando-se como um dos argumentos para justificar a intuição dos falantes sobre o pareamento perfeito entre *o*/masculino e *a*/feminino, observou-se que, de fato, no léxico dicionarizado e no uso, respectivamente, 95,1% e 89,6% das palavras terminadas em *a* são femininas e 99,9% e 100% das palavras terminadas em *o* são masculinas, ainda que isso não tenha relação robusta com sexo biológico ou gênero social, como mostraremos logo a seguir”. (Schwindt, 2018, p. 754).

de Corbett, 1991, p. 62), sendo, antes, possível dizer, no máximo, que a sua codificação é, no fundo, tão irregular que às vezes acaba por se configurar como não transparente.

Além disso, todavia, a questão que continua se apresentando mais controversa nas abordagens do tema em apreço, e não só no âmbito dos estudos linguísticos portugueses, diz respeito à interpretação a ser dada àquela mudança de classe temática dos substantivos que tem a ver com “os processos de formação de palavras utilizados para derivar substantivos que designam seres humanos ou animados de um determinado sexo a partir do nome que designa um ser da mesma espécie ou função mas do sexo oposto”<sup>6</sup> (Thornton, 2004, p. 218, tradução própria) e que, com um termo tomado emprestado da linguística germanófila, se chama “moção” (*Movierung* em alemão). Efetivamente, esta passagem de um substantivo pertencente à classe temática em *-o* para a classe temática em *-a*, que é a passagem mais comum, mas que pode ir também na direção inversa, ou seja, dos substantivos de tema em *-a* para os de tema em *-o*, é não raro abordada, por muitos linguistas e gramáticos, como processo flexional, ainda que a hipótese mais prevalente a identifique, na realidade, como processo derivacional.

De resto, admitindo que os substantivos que se referem a entidades abstratas e inanimadas têm um gênero gramatical inerente, deveríamos admitir, por simetria, que o mesmo valha também para os substantivos cujos referentes são seres humanos ou animados e que, por conseguinte, nos pares de substantivos corradicais a forma feminina seja considerada um lexema distinto da forma masculina (cf. Matthews 1991), derivado por adição de um sufixo *-Ø* (enquanto simples “conversão do radical”, Thornton 2004, p. 220, tradução própria) e não por flexão. Em caso contrário, com efeito, exatamente como acontece com os adjetivos, deveria ser possível converter todos os substantivos masculinos em femininos e vice-versa, inclusive, obviamente, os abstratos e inanimados, e para fazer isso, porém, deveríamos supor também que haja um gênero inerente para os substantivos abstratos e inanimados e um gênero variável para os substantivos animados, a não ser que, ainda pior, se julgue a mudança de classe temática através da conversão dos expoentes prototipicamente associados ao valor masculino (*-o*) e ao feminino (*-a*) como um processo flexional, enquanto o recurso a sufixos seria um processo derivacional.

Pois bem, diante desse quadro teoricamente bastante complexo, como é que têm se comportado os principais autores brasileiros de gramáticas de língua portuguesa ao tentarem descrever a categoria de gênero? Houve alguma evolução teórica na maneira como ela tem sido abordada ao longo praticamente de um século, isto é, aquele que medeia entre a alvorada do assim chamado “período científico” dessa gramaticografia no Brasil e o final do Novecentos, a que remontam os últimos espécimens das fontes bibliográficas aqui sob análise?

### 3 O gênero gramatical em diacronia: da gramática às Gramáticas (1881-1999)

Para responder às perguntas acima, começa-se por convocar à análise o primeiro texto do corpus sob exame, a saber, a *Grammatica Portuguesa* de autoria de Júlio Ribeiro (1845-1890), publicada originalmente em 1881, mas que aqui se apresenta na “segunda edição, refundida

<sup>6</sup> No original: “i processi di formazione di parole usati per derivare sostantivi designanti esseri umani o animati di un certo sesso a partire dal nome che designa un essere della stessa specie o funzione ma di sesso opposto”.

e muito aumentada” de 1885. O capítulo que trata do gênero se encontra no âmbito da primeira parte, relativa à Lexeologia, e se abre com as seguintes palavras: “O genero do substantivo é determinado pela significação do thema ou pela flexão”<sup>7</sup> (1881, p. 89). Logo a seguir, todavia, Ribeiro esclarece melhor o sentido daquela afirmação inicial, acrescentando, em letra miúda, uma anotação que, na realidade, relativiza bastante aquela aparente equivalência entre critérios semânticos e formais na atribuição de gênero:

A flexão nominal, perfeita relativamente ao numero e ao grau, é deficiente no que diz respeito ao genero: na mór parte dos casos ha necessidade de pedir ao thema a significação do substantivo para determinar-se o genero a que elle pertence. Em geral pôde-se dizer que as regras tiradas da desinencia para determinar o genero de um substantivo estão sempre subordinadas ás que se tiram da significação do thema (Ribeiro, 1885, p. 89)

Só que, conforme demonstram também as generalizações (embora pontuadas de exceções) que se seguem a esse trecho e que ambicionam se apresentar como autênticas regras de atribuição de gênero para diversas classes de palavras (por ex.: “os nomes propios” de anjos, ventos, montes, rios, mares, meses etc.), apesar de as regras semânticas serem consideradas por Ribeiro predominantes sobre as regras formais, são, porém, exatamente essas últimas que, em muitos casos, poderiam ser invocadas para atribuir o valor masculino ou feminino a determinados substantivos. Basta pensar, por exemplo, nos nomes ali citados dos mares “Baltico-Caspio” ou dos meses “Janeiro-Abril”, cujo valor masculino, mais do que semanticamente motivado, pode ser, antes, simplesmente postulado com base em uma regra fonológica (segundo a qual, justamente, os substantivos terminados em *-o* são majoritariamente masculinos) ou, inclusive, coerentemente atribuído, transmitindo aos hipônimos o gênero dos hiperônimos (ou seja, nos dois casos acima referidos, os termos “mar” e “mês”).<sup>8</sup>

Se, portanto, parece discutível a hipótese de que haja uma regra semântica por trás da atribuição de gênero aos substantivos que significam objetos concretos ou entidades abstratas, é porém interessante ressaltar que, na *Grammatica Portuguesa* de Júlio Ribeiro – onde o gênero é definido como “a distincção flexional dos nomes em relação aos sexos das cousas por elle significadas ou modificadas” (1885, p. 83) – nem o sexo figura entre os critérios de significação específicos da categoria gramatical em apreço, sendo praticamente seu conteúdo conceitual neutralizado ou, pelo menos, equiparado ao de todos os demais “themas”, mesmo daqueles relativos a referentes assexuados (e, de fato, desse ponto de vista,

<sup>7</sup> Todas as gramáticas citadas nesse trabalho conservam a grafia original.

<sup>8</sup> Claro que, deixando de lado a “vacuidade” dessas generalizações, que se referem frequentemente a classes lexicais fechadas, como, justamente, a dos mares, dos meses, dos pontos cardeais, etc., não faltam também casos de discrepância entre o gênero do hiperônimo e o gênero dos hipônimos (pense-se, por exemplo, na classe dos “continentes”, que, em português, a despeito do valor masculino do hiperônimo, são todos femininos), mas podem ser facilmente solucionados com base na forma fonológica da palavra, ao invés de fazer recurso a uma hipotética regra semântica (sobre o mesmo assunto teórico, ainda que aplicado ao italiano, cf. Thornton 2003). Nesse ponto, merece também destacar que Said Ali, na sua *Grammatica Secundaria da Língua Portuguesa* (1924), sugere exatamente a aplicação desse idêntico critério – “As denominações de rios e montes dizem-se sempre com o artigo masculino referido aos termos *rio*, *monte* e *montes* (...) Nas denominações *o Atlantico*, *o Pacifico* subentende-se o «oceano» e em *o Mediterraneo*, *o Baltico*, *o Adriatico*, a palavra «mar» (Said Ali, [s.d.], p. 68) – e o mesmo fazem também a *Gramática do Português Contemporâneo* (1976) de Cunha (cf. p. 131) e a *Moderna Gramática Portuguesa* de Bechara (1999), que fala em “gênero estabelecido por palavra oculta” (p. 138).

não estranha que o autor opte também por uma formulação um tanto ambígua, do tipo “significa macho/significa femea”, em que a relação entre significante e significado parece quase prescindir do dado biológico, remetendo apenas para uma lógica do senso comum).

Não menos interessante se revela também a abordagem das regras formais propriamente ditas de atribuição de gênero, que são listadas por Ribeiro, logo a seguir àquelas assentes na significação, sob o guarda-chuva terminológico da “flexão”, ainda que essa nova lista se reduza, mais uma vez, e sempre de modo idiográfico, a uma infinda série de desinências, acompanhadas das mesmas exceções de sempre, mas sem que se possa extrair dela qualquer princípio classificador de ordem geral, senão recorrendo paradoxalmente, de vez em quando, a critérios que decerto não são, porém, nem fonológicos nem morfológicos:

As exceções a esta regra são muito numerosas: em geral póde-se dizer que são femininos os substantivos derivados do (sic) adjectivos e de verbos, ex.: «*Aptidão – multidão – transformação – variação*». Todos os augmentativos em *ão* são masculinos. (Ribeiro, 1885, p. 92)

De resto, uma análoga e confusa mistura de critérios, no tratamento do gênero, se manifesta também nos rótulos utilizados por Júlio Ribeiro para indicar as várias subcategorias nominais da gramática tradicional, dentre as quais, em particular, os substantivos “communs de dous” e “epicenos”, uma vez que, não obstante os diferentes exemplos aduzidos pelo autor para tentar distinguir os dois grupos, as definições inerentes a cada um deles acabam quase por ser intercambiáveis ou, digamos, não de todo desambiguizadoras:

Os substantivos que têm uma só fôrma para designar ambos os sexos chamam-se *communs de dous*, ex.: «*Artifice – conjuge – guia*».

Os nomes que sob um só genero indicam tanto o sexo feminino como o masculino chamam-se *epicenos*, ex.: «*Jacu – Leopardo – Tigre*». (Ribeiro, 1885, p. 91)

Por falar nisso, será depois a *Grammatica Descriptiva* de Maximino Maciel (1866-1923), datada de 1894, que, assumindo a noção de gênero como “a distribuição dos nomes relativamente ao sexo natural ou usual” (1914, p. 148), consegue esclarecer um pouco melhor as articulações internas dessa categoria gramatical, não se limitando apenas a introduzir novas subcategorias, como a do “genero por heteronymia” (1914, p. 152) – cujos membros<sup>9</sup>, na *Grammatica* de Júlio Ribeiro, integravam, pelo contrário, o grupo indistinto e omnicompreensivo dos “irregulares” (1885, p. 94) – ou do “genero por juxtaposição” (1914, p. 152), em que Maciel inclui exatamente os “communs (a dous)” e os “epicenos ou promiscuos” (1914, p. 153), mas tentando até contribuir para uma maior precisão nomenclatória da taxonomia vigente naquela época.

Cabe dentro dessa perspectiva, afinal de contas, a glosa inserida por Maciel quando explica que “epicenos ou promiscuos são os nomes de animaes, quasi sempre silvestres e bravios, e dos insectos, que, designando geralmente um dos sexos, podem também designar o sexo opposto” (1914, p. 153), embora uma tal oportuna restrição do campo semântico dos

<sup>9</sup> Os heterônimos são aqueles tradicionais pares de substantivos “diferentes”, onde a distinção entre a forma masculina e feminina é expressa por meios lexicais, a partir de dois radicais distintos (Maciel, 1914, p. 152: bode-cabra, cavalleiro-amazona, cavalleiro-dama, carneiro-ovelha, cavallo-egua, frei-soror ou sôr, gamo-corça, genro-nora, macho-femea, homem-mulher, pae-mãe, zangão-abelha). Pereira (1907, p. 56), ao contrário, define as formas femininas desses pares como “palavras desconexas”.

substantivos assim denominados – e que vai ser adotada, *mutatis mutandis*, até os compêndios gramaticais do fim do séc. XX (cf. Rocha Lima, 1957; Cunha, 1976; Cunha; Cintra, 1985; Bechara, 1999) – não implique uma total univocidade do sentido a ser dado a essa categorização. Isso será demonstrado, alguns anos mais tarde, quer pela *Grammatica Expositiva* (1907) de Eduardo Carlos Pereira (1855-1923), quer pela *Grammatica Secundaria da Língua Portuguesa* (1924) de Manuel Said Ali (1861-1953), ambas rotulando precisamente de “epícenos ou promiscuos” os substantivos de gênero único que se referem aos dois sexos, independentemente do fato de os indivíduos designados serem humanos ou animais.<sup>10</sup>

Não é a toa, aliás, que para ser consequente com essa reestruturação taxonômica da sua gramática, Said Ali nega qualquer status privilegiado aos “nomes de animaes”, apontando a atribuição do gênero gramatical a essas palavras como uma questão banalmente formal, ou seja, fonologicamente determinada:

Os nomes de animaes em que a distinção do sexo, ou por difficil ou por desnecessaria, não costuma ser feita na vida real, têm genero grammatical do mesmo modo que os nomes de cousas, attendendo á terminação. Assim, em virtude das regras precedentes, são masculinos: badejo, tubarão, rouxinol, albatroz, gavião (...); e femininos: baleia, aguia, formiga, rã, onça, cobra, borboleta, tartaruga etc. (Said Ali, [s.d.], p. 66)

Mas se, então, diferentemente de Maciel, que tinha reservado o uso do termo “epícenos ou promiscuo” apenas para os nomes de animais, Pereira e Said Ali o estendem até englobar nele o que a Nomenclatura Gramatical Brasileira hoje chama de substantivos “sobrecomuns”,<sup>11</sup> criando assim as premissas para a sucessiva autonomização desse rótulo – a qual, no *corpus* aqui em pauta, se registra a partir da *Gramática Metódica da Língua Portuguesa* (1943) de Napoleão Mendes de Almeida (1911-1998), que, efetivamente, introduz a categoria de “sobrecomum” ao lado das de “epícenos” e de “comum de dois gêneros” – cumpre entretanto observar que se deve ainda a Maciel o mérito de ter identificado os “communs (a dous)” com base inclusive em critérios sintáticos, ao invés de simplesmente semântico-referenciais:

Communs (a dous) são aquelles cujo genero se indica mediante um determinativo ou syntacticamente, ex: *estadista, comunista, democrata, epicurista, hypocrita, interprete, martyr, publicista, socialista, selvagem*. (Maciel, 1914, p. 153)

Em suma, enquanto, como se vê, entre o final do séc. XIX e primeira metade do séc. XX, a gramaticografia brasileira parece dar os primeiros passos em direção a uma lenta mas progressiva revisão dos conteúdos relativos ao gênero, pelo menos do ponto de vista dos padrões terminológicos herdados da tradição, as outras questões teóricas correlatas a essa

<sup>10</sup> “Chamam-se epícenos ou promiscuos os appellativos que, debaixo de uma só fôrma generica, indicada pela terminação, designam ambos os sexos, como: – a onça, a araponga, o jacaré, a criança, o algoz, a testemunha, o conjuge” (Pereira, 1907, p. 54); “Epícenos ou promiscuos são os que têm uma só terminação e um só genero gramatical, com que se denota um e outro sexo: a testemunha, a criança”. (Said Ali, [s.d.], p. 59)

<sup>11</sup> Essa equiparação entre *Epícenos* e *Sobrecomuns* estava já presente na *Grammatica Philosophica da Língua Portuguesa* (1822) de Jeronymo Soares Barbosa, que cito aqui a partir da segunda edição de 1830, p. 127: “ou com huma so terminação e debaixo de hum so genero, ou masculino ou feminino, servem para significar ambos os sexos, no qual caso tem então o nome de *Epícenos*, isto é, *sobrecommuns*”.

categoria, pelo contrário, continuam em suspenso, tendendo quase invariavelmente a se reproduzir, por inércia, de um autor para outro, todas girando em torno, em especial, do conceito de flexão.

No rastro de Júlio Ribeiro, com efeito, que tinha colocado ao abrigo do mecanismo flexional toda conversão não só de “substantivo que representa individuo do sexo masculino em outro que representa individuo do sexo feminino” (1885, p. 93), como também de “alguns substantivos que significam cousas que não têm sexo” (1885, p. 95), os autores que lhe sucedem na produção gramatical brasileira mantêm, com poucas variações, o mesmo esquema de abordagem dos fenômenos, a começar pela enunciação das regras de formação do feminino e até chegar à menção das suas principais irregularidades ou particularidades. Contudo, se a formação do feminino é constantemente descrita como uma mudança na terminação da palavra (troca do *o* pelo *a* ou acréscimo de *a*), mais interessante é, antes, o tratamento dado pelos gramáticos em apreço às irregularidades ou particularidades da “flexão generica” (Maciel, 1914, p. 148), uma vez que cada um deles parece interpretá-las de modo diferente.

Basta ver, por exemplo, como Pereira reinterpreta extensivamente o processo de formação do feminino em português, incorporando – além dos seres vivos tradicionalmente previstos e previsíveis (moça, esposa, loba, infanta, presidenta etc.) – ao rol dos substantivos obtidos por “simples mudança da terminação ou flexão da forma masculina” (1914, p. 55) também as formas femininas de pares corradicais concernentes a objetos inanimados e com significado mais ou menos diferente das masculinas (chinella, cesta, lenha, sacca, fructa, barca etc.), que, porém, Maciel (1885, p. 155) já havia rotulado de “duplas genéricas” não flexionáveis, ou seja, substantivos “que, referentes a cousas e destituídos de sexo, possuem duas formas, uma para o masculino, outra para o feminino, constituindo o genero analogico”.

Sob esse aspecto, na mesma linha de Maciel, e, por conseguinte, sempre na contra-mão de Júlio Ribeiro e de Eduardo Carlos Pereira, se colocam também Said Ali e Almeida, com o primeiro definindo os lexemas do tipo “barco-barca”, “cesto-cesta”, “fruto-fruta” etc. como “nomes de duplo genero” (s/d, p. 66),<sup>12</sup> cuja variação pode acarretar também “mudança de sentido” (p. 67), e o segundo confirmando neles uma fundamental “analogia de sentido”, que, porém, a depender de cada caso, pode se tornar “nuns muito próxima (alguns são até sinônimos: *chinelo, chinela*), e noutros mais afastada” (Almeida 1969, p. 102).

E se nem a *Gramática Normativa da Língua Portuguesa* (1957) de Rocha Lima (1915-1991), nem a *Gramática do Português Contemporâneo* (1976) de Celso Cunha (1917-1989) se debruçam sobre essa questiúncula aparentemente menor, mas, na verdade, bastante emblemática da maneira como tem sido historicamente declinado no Brasil, quanto ao gênero, o conceito de flexão, será a *Moderna Gramática Portuguesa* (1999) de Bechara (1928-2025) que vai fechar o círculo iniciado em 1881 por Júlio Ribeiro, não se limitando, pois, a resumir um século de reflexões linguístico-gramaticais, mas colocando também um primeiro ponto final no que tange a esse assunto:

---

<sup>12</sup> Para dar uma ideia de como os mesmos rótulos gramaticais podem ser utilizados para indicar coisas diferentes, saliento que na Gramática de Rocha Lima (2011, p. 121) são rotulados de “duplo gênero” ou “de gênero vacilante” os substantivos – como, por ex.: personagem, pijama, faringe, laringe etc. – em cujo uso “tem havido certa vacilação” entre masculino e feminino.

É pacífica, mesmo entre os que admitem o processo de flexão em *barco*→*barca* e *lobo*→*loba*, a informação de que a oposição masculino – feminino faz alusão a outros aspectos da realidade, diferentes da diversidade de sexo, e serve para distinguir os objetos substantivos por certas qualidades semânticas, pelas quais o masculino é uma forma geral, não marcada semanticamente, enquanto o feminino expressa uma especialização qualquer:

*barco/barca* (= barco grande)

*jarro/jarra* (=um tipo especial de jarro)

*lobo/loba* (a fêmea do animal chamado lobo)

Esta aplicação semântica faz dos pares *barco/barca* e restantes da série acima não serem consideradas primariamente formas de uma flexão, mas palavras diferentes marcadas pelo processo de derivação. Esta função semântica está fora do domínio da flexão. A analogia material da flexão de gênero do adjetivo é que levou o gramático a pôr no mesmo plano belo/bela e menino/menina. (Bechara 2009, p. 132).

Todavia, muito mais do que nos parágrafos dedicados em cada gramática às particularidades do sistema de gênero do português, tanto no que respeita às regras concretas de formação do feminino, como também à ideal especialização semântica do valor feminino em relação ao masculino, o autêntico problema teórico que emerge do conjunto de compêndios aqui em estudo consiste principalmente na avaliação da “moção” – termo que, de resto, quase nunca comparece nesses textos, nem, mais em geral, na tradição linguística brasileira, exceto em Bechara (cf. 2009, p. 133) – enquanto processo flexional ou derivacional.

De fato, se, parafraseando as palavras do Mestre pernambucano acima citadas, o paralelo formal entre pares de substantivos em “o” e em “a” e os paradigmas dos adjetivos com quatro células pode ser provavelmente responsável pela nítida e incontestada predominância, em todos os autores (tirante Said Ali), da ideia da mudança de gênero como produto da flexão, não devemos, porém, esquecer que esse panorama, na aparência uniforme, ao menos até a *Moderna Gramática Portuguesa*, deixa às vezes enxergar, debaixo da superfície, algumas falhas decorrentes do embate entre modelos teóricos não sobreponíveis.

Este, por exemplo, é o caso, na minha opinião, da *Gramática Normativa* de Rocha Lima, que, sem questionar minimamente o arcabouço conceitual recebido pelos predecessores, ao qual, com efeito, ela continua aderindo não só formalmente, dá, porém, a impressão de querer submetê-lo a uma parcial modernização, graças, em especial, às contribuições advindas da linguística. Emblemática, a esse respeito, a citação de Mattoso Camara, que era, com certeza, naquela altura, o principal expoente brasileiro dos estudos da linguagem:

Tal interpretação, a única objetiva e coerentemente certa, se estende aos casos em que um sufixo derivacional se restringe a um substantivo em determinado gênero, e outro sufixo, ou a ausência de sufixo, em forma nominal não derivada, só se aplica ao mesmo substantivo em outro gênero. Assim, *imperador* se caracteriza, não flexionalmente, pelo sufixo derivacional *-dor* e *imperatriz*, analogamente, pelo sufixo derivacional *-triz*. Da mesma sorte, *galinha* è um diminutivo de *galo*, que passa a designar as fêmeas em geral da espécie *galo*, como *perdigão* è um aumentativo limitado aos machos da *perdigão*. Dizer que *-triz*, *inha* ou *ão* são aí flexões de gênero é confundir flexão com derivação. (Mattoso Camara *apud* Rocha Lima, 2011, p. 119)

Por paradoxal que pareça, contudo, essa passagem, retirada do livro *Estrutura da Língua Portuguesa* e pensada por Rocha Lima para endossar sua descrição supostamente inovadora dessa espécie de supletivismo lexical representado pelos heterônimos, termina, na verdade, por colocar implicitamente em dúvida a própria plausibilidade teórica de ler como exemplos de flexão os demais casos de formação do feminino que são por ele descritos logo a seguir (loba, mestra, pastora etc.). De resto, diante da parte final da citação de Mattoso Camara, pondo de sobreaviso contra o risco de “confundir flexão com derivação”, qual a razão que, à falta de mais esclarecimentos, deveria justificar a interpretação do “acréscimo ao masculino da desinência a (com supressão da vogal temática aos nomes de tema em -o e em -e)” (Rocha Lima, 2011, p. 119) como mecanismo flexional ao invés de derivacional? Por que considerar loba, mestra e pastora como substantivos flexionados em gênero e, ao contrário, imperatriz, galinha e perdigão como substantivos derivados por sufixação? Qual a vantagem, em termos de mera funcionalidade pedagógica ou de clareza expositiva, de utilizar, em uma gramática norteada – ipse dixit – “por obsessiva busca de exatidão” (Rocha Lima, 2011, p. 27), critérios distintos de análise para o que são evidentemente os mesmos sufixos derivacionais?

Se, portanto, a despeito das expectativas suscitadas por aquela inesperada intrusão da linguística moderna no interior de um palimpsesto gramatical bastante cristalizado, a Gramática Normativa de Rocha Lima vem reiterando, sobre o gênero, todo o consolidado ideário transmitido ao longo das décadas anteriores, cabe ao mesmo tempo realçar nela também um mínimo esforço de aprimoramento conceitual, a partir justamente da natureza da categoria em foco, que, porventura pela primeira vez, nesse excuro historiográfico – conquanto através de mais uma citação alheia, extraída, dessa vez, da Gramática castellana de Alonso e Ureña – consegue se desvincular eficazmente da noção biológica de sexo para se assumir, por meio das relações de concordância, como função prioritária de coesão morfo-sintática: “Gênero é uma classificação puramente gramatical dos substantivos em dois grupos, masculinos e femininos, segundo a terminação do adjetivo acompanhante” (Rocha Lima, 2011, p.115, grifo do autor).

Por isso, não pode não surpreender que a penúltima etapa dessa trajetória da categoria de gênero através das gramáticas brasileiras de língua portuguesa represente, de tal ponto de vista, uma provisória interrupção daquele ideal e tímido impulso reformador engatilhado por Rocha Lima e que parecia ser fadado a inspirar as vindouras abordagens do tema. Com efeito, a Gramática do Português Contemporâneo de Celso Cunha, lançada em 1976, nada acrescenta de significativo à reflexão que a havia precedido, se limitando substancialmente a sistematizar de modo mais orgânico e completo os conhecimentos até então adquiridos sobre o assunto, sem marcar nenhum posicionamento específico em face das questões mais espinhosas acima debatidas.

Por exemplo, a flexão de gênero enquanto problema teórico no enquadramento do processo de moção sai ali praticamente de cena, apenas evocada através de um costumeiro e desnecessário tecnicismo sob forma de verbo (“flexionar-se”), que em nada, porém, contribui para o entendimento dos fenômenos a ele mais ou menos imprópriamente associáveis: “os substantivos que designam pessoas e animais costumam flexionar-se em gênero, isto é, têm geralmente uma forma para indicar os seres do sexo masculino e outra para indicar os do sexo feminino” (Cunha, 1976, p. 133). No entanto, se, justamente, no exemplário utilizado por Cunha para explicar a formação do feminino, comparecem, mais uma vez, primeiro os heterônimos, cujos radicais distintos – Mattoso Camara docet – não flexionam em gênero e depois os substantivos femininos, que, pelo contrário, a maioria dos gramáticos têm por derivados dos radicais do masculino, qual, pois, o significado possível a ser dado ao termo flexão no contexto da categoria de gênero?

A esta pergunta, e a várias outras correlacionadas, vai responder novamente a 37ª edição da *Moderna Gramática Portuguesa* de Evanildo Bechara, vinda a lume em 1999 e à qual precisamos também reconhecer o mérito de ter tentado recompor aquele “cisma teórico e metodológico” (Cavaliere, 2012, p. 222) entre linguística e filologia que havia caracterizado os compêndios precedentes aqui em discussão. A prova cabal disso, tratando de um assunto complexo como o gênero, está não só na profunda reformulação teórica e terminológica a que Bechara submeteu essa categoria gramatical, esclarecendo conceitos progressivamente tornados vagos (por ex.: justamente, o de *flexão*) e empregando de modo funcional novos rótulos (por ex., o de *moção*) ou readequando aqueles estereotipados pelo uso (por ex.: *epicenos, comuns de dois, sobrecomuns*), mas também no apoio cientificamente fundamentado que, em um âmbito de confronto ainda hoje tão aberto e controverso, ele dá à ideia de os substantivos femininos serem “palavras diferentes” (Bechara, 2009, p. 133) dos substantivos masculinos, ou seja, obtidos por um processo derivacional, e não flexional, que leva à criação de lexemas novos, com distinto significado referencial.

E talvez não seja por acaso, então, que, nesse oportuno comprometimento com as patentes implicações sociais dessa categoria gramatical, Bechara acrescenta a seu compêndio também um parágrafo específico intitulado “O gênero nas profissões femininas” (2009, p. 132), cuja mais-valia para o tema em apreço consiste – além do fato de remeter, na nota de rodapé, a uma Lei federal de 1956 sobre as normas para disciplinar o gênero dos nomes nas funções públicas do Brasil – em demonstrar implicitamente que “não é verdade nem que as profissões tenham um nome consolidado e que este seja masculino, nem que a exigência de feminizar o nome de algumas profissões seja uma “pretensão” surgida de repente, por motivos ideológicos, nos últimos anos”<sup>13</sup> (Cortelazzo, 2024, p. 43, tradução própria).

#### 4 Tirando as conclusões: dos antecedentes aos consequentes

A citação do colega italiano Cortelazzo, que encerra este excuro histórico sobre a abordagem da categoria gramatical de gênero nas gramáticas brasileiras, se espelha perfeitamente, a meu ver, no preâmbulo inicial do presente trabalho. Com efeito, a polêmica surgida em torno da *presidenta* Rousseff por ter reivindicado o direito de não aceitar que os nomes das profissões, principalmente quando se trata de cargos públicos, sejam apanágio exclusivo dos homens e precisem, portanto, ser declinados apenas no masculino, diz respeito à gramática muito mais do que parece, porque interpela também nossa consciência linguística, que os tradicionais instrumentos normativos contribuíram, direta ou indiretamente, para plasmar ou condicionar. Mas, exatamente por isso, para que nossa consciência linguística seja realmente tal, precisamos que a gramática, no sentido de disciplina científica que reflete criticamente sobre a língua, ao invés de simples conjunto de regras ou nomenclatura estéril, tenha a ambição de se pensar como método de análise adequado a essa tarefa, fugindo à tentação de se limitar a repetir o que já se sabe e aceitando o risco de se questionar para renovar-se constantemente.

---

<sup>13</sup> No original: “non è vero né che le professioni abbiano un nome consolidato e questo è al maschile, né che la richiesta di femminilizzare il nome di alcune professioni sia una “pretesa” sorta d’improvviso, per motivi ideologici, negli ultimi anni”.

Infelizmente, os compêndios gramaticais brasileiros da língua portuguesa que aqui foram abordados com um enfoque muito parcial, circunscrito, justamente, ao gênero, não satisfazem por completo esses requisitos. Evidentemente, de saída, não se estava à espera de grandes avanços de um texto para outro, conforme é hábito em todas as tradições gramaticais de todos os países, mas se confiava em que, pelo menos, ao longo de um percurso diacrônico de mais de um século e, por sinal, denominado “científico”, as descontinuidades em relação ao pré-construído fossem um pouco mais numerosas ou significativas, principalmente a partir da segunda metade do século XX. Claro que, afinal de contas, a historinha do termo “presidenta” era apenas, não só etimologicamente, um pretexto para medir o grau de evolução relativa da língua portuguesa em comparação com a sociedade brasileira e obviamente ninguém imaginava que as gramáticas do final do Oitocentos e dos meados do Novecentos manifestassem, em torno do gênero, uma atenção especial que, compreensivelmente, estava ainda por vir.

Contudo, não obstante o essencial *continuum* teórico-metodológico dessa lacunosa série gramatical aqui em pauta, uma sumária discretização das oito descrições do sistema de gênero do português parece igualmente possível, começando por identificar nelas, em particular, dois autores, Maciel e Rocha Lima, que, além de Bechara – a quem, como se viu, a gramaticografia brasileira representada nesse *corpus* deve o tratamento mais completo do assunto – contribuem, senão para inovar de forma autêntica, ao menos para se desviar um pouco, em alguns pontos, das descrições precedentes. Mas se, em suma, Maciel é mais inovador do que Ribeiro e Said Ali, assim como Almeida e Cunha são menos “modernos” do que Rocha Lima, a maioria desses gramáticos, porém, parece no fundo concordar, ainda que com diferentes graus de convicção e aceitabilidade, em ter como plausíveis e legítimas as formas femininas de “presidente”<sup>14</sup> ou de outras profissões consideradas tipicamente masculinas<sup>15</sup>, as quais, nas dobras dos diversos exemplários, chegam a emergir quase à revelia dos processos normativos ali em andamento, documentando usos linguísticos provavelmente já correntes. E talvez seja mesmo a partir daí, então, que uma nova história da categoria de gênero no Brasil pode hoje recomeçar.

## Referências

- ALMEIDA, N. M. de. *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*. 22ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2009.
- BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- CAVALCANTE, S. A. de S.; COAN, M. O vocábulo *presidenta* sob análise em cinco dimensões correlatas: diacrônica, interlinguística, normativa, morfológica e sociopolítica. *Signôtica*, Goiânia, v. 30. n. 2, p. 182-203, abr./jun. 2018.
- CAVALIERE, R. *A gramática no Brasil: ideias, percursos e parâmetros*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2014.
- CORBETT, G. (ed.). *The expression of gender*. Berlin: De Gruyter, 2014.

<sup>14</sup> Além das gramáticas de Pereira (1907, p. 55) e de Bechara (2009, p. 135), que registram o par “presidente-presidenta”, também as gramáticas de Rocha Lima e Cunha mencionam expressamente o termo *presidenta*, mas de modo diametralmente oposto: cf. Rocha Lima (2011, p. 118): “a força do uso já consagrou as formas flexionadas *infanta*, *parenta* e *presidenta*”; e Cunha (1976, p. 136): “os femininos *giganta* (...) e *presidenta* (de *presidente*) têm ainda curso restrito no idioma, pelo menos no Brasil”.

<sup>15</sup> Por exemplo, Ribeiro (1885, p. 93) cita “marechal/marechala” e Almeida (1969, p. 101) “reitor/reitora”.

- CORBETT, G. *Gender*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- CORTELAZZO, M. La feminilizzazione dei nomi di professioni e di cariche. Un problema recente? In: JAFRANCESCO, E; FRATTER, I; TUCCI, I. (a cura di). *Educazione all'uguaglianza di genere ed educazione linguistica*. Firenze: Firenze University Press, 2024.
- CUNHA, C. *Gramática do Português Contemporâneo*. 6ª ed. revista. Belo Horizonte: Editora Bernardo Alvares S.A., 1976.
- FARACO, C. A. O Brasil entre a norma culta e a norma curta. In: LAGARES, X.C; BAGNO, M. (orgs.) *Políticas da norma e conflitos linguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.
- CONÇALVES, C.A. *Morfologia*. São Paulo: Parábola Editorial, 2019.
- HELLINGER, M; BUßMANN, H. Gender across languages. The linguistic representation of women and men. In: HELLINGER, M; BUßMANN, H. (eds.). *Gender across languages: The linguistic representation of women and men*. Vol. 1. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2001, p. 1-25.
- HENRIQUES, C.C. *Morfologia: estudos lexicais em perspectiva sincrônica*. 4ª ed. Ampliada e atualizada. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
- MACIEL, M. *Grammatica Descriptiva*. 5ª ed. aumentada e refundida. Rio de Janeiro: Francisco Alves & C.ia; Paris: Aillaud, Alves & C.ia, 1914.
- MATTHEWS, P. H. *Morphology*. 2ª ed. Cambridge: Cambridge University Press. 1991.
- MATTOSO CAMARA J. Jr. A categoria de gênero. In: *Princípios de lingüística geral*. 2ª ed. revista e aumentada. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, p. 107-115, 1954.
- McCONNELL-GINET, S. Gender and its relation to sex: the myth of 'natural' gender. In: CORBETT, G. (ed.), *The expression of gender*. Berlin: De Gruyter, p. 3-38, 2014.
- MOTA, M. A. A categoria gramatical gênero, nos nomes e adjetivos do português: algumas reflexões. *Diadorim*, Rio de Janeiro, Especial, p. 150-164, 2016.
- MULINACCI, R. Moderna gramática portuguesa: habemus grammaticam? In: FARACO, C.A.; VIEIRA, F.E. (orgs.). *Gramáticas brasileiras: com a palavra, os leitores*. São Paulo: Parábola Editorial, p. 113-147, 2016.
- PAZ, D.; PELÚCIO, L.; BORBA, R. The gender of the nation and 'the [cru]x of the matter'. Linguistic controversies in the brazilian political context. *Cahiers du genre*, n. 69, p. I-XXVI, 2020/2.
- PEREIRA, C. E. *Grammatica Expositiva*. São Paulo: Weiszflog Irmãos & Co., 1907.
- RIBEIRO, J. *Grammatica Portuguesa*. 2ª ed. São Paulo: Teixeira & Irmão Editores, 1885.
- ROCHA LIMA, C.H. da. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. 49ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2011.
- RUBIO, C.F.; TORRES, F.F. Presidente ou presidenta? Com a palavra os senadores da República Federativa do Brasil. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 491-524, 2018.
- SAID ALI, M. *Grammatica secundaria da língua portuguesa*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, [s.d.].
- SCHWINDT, L. C. Exponência de gênero e classe temática em português brasileiro. *Delta*, São Paulo, 34.2, p. 745-768, 2018.

THORNTON, A. L'assegnazione del genere in italiano. In: MIRET, F. S. (ed.), *Actas del XXIII Congreso Internacional de Lingüística y Filología Románica*, vol. I, Tübingen: Niemeyer, p. 467-481, 2003.

THORNTON, A. Mozione. In: GROSSMANN, M; RAINER, F. (eds.) *La formazione delle parole in italiano*. Tübingen: Niemeyer, p. 218-227, 2004.

VILLALVA, A; SILVESTRE, J. P. *Introdução ao estudo do léxico: Descrição e análise do Português*. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.